

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora

Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?

ROUBARAM SEU CHÃO,

EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,

DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,

O AMARELO FOI EMBORA,

LEVADO EM NAVIOS,

DA MADEIRA BRASEADA

FICOU SÓ O BRASIL,

O VERMELHO É DE

SANGUE,

DO CORPO

QUE MANCHA

O MANGUE

2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Atena
Editora
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?

ROUBARAM SEU CHÃO,

EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,

DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,

O AMARELO FOI EMBORA,

LEVADO EM NAVIOS,

DA MADEIRA BRASEADA

FICOU SÓ O BRASIL,

O VERMELHO É DE

SANGUE,

DO CORPO

QUE MANCHA

O MANGUE

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-502-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.027212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Questões sociais e Educação: Diálogos Convergentes e Articulação Interdisciplinar*, reúne artigos que são resultados de pesquisas empíricas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos. São trabalhos carregados de histórias, cultura, lutas hegemônicas, saberes populares, reflexos das vivências e experiências, e da práxis de homens e mulheres em ação frente às demandas da contemporaneidade. Cada texto, com sua originalidade e especificidade, representa as pessoas do Brasil de norte a sul, que compreendem que a Educação é uma ferramenta poderosa de emancipação para todos(as), em especial para mulheres em vulnerabilidade social, o registro dessas vozes femininas estão no (Cap. I).

Infelizmente muitas mulheres ainda são vítimas da colonialidade, da crueldade, da violência e do machismo. Por isso, compartilhe com as mulheres e as meninas de sua vida os conhecimentos disponíveis em: “É Necessário dar voz às vítimas de Femicídio” (Cap. I) e “Femicídio: uma trajetória de violência (Cap. II).

A luta das mulheres pelo direito à igualdade de condições com os homens é antiga, emergente e atual, veja “Percurso da feminilidade” no (Cap. III).

É sabido que as mulheres negras estão expostas à múltiplas violências, além de gênero: a violência de raça marcada pela discriminação, resultado do neocolonialismo brasileiro. Frente a isso, vale registrar a história da “Escarlatação de Mulheres Negras no Brasil” (Cap. IV) como símbolo de resistência.

Ainda sob este enfoque, para enriquecer esta obra, destacamos “O movimento negro brasileiro” (Cap. V).

Através do filme “JENNIFER” (Cap. VI) e suas narrativas, conheça “A construção da branquitude na sociedade da aprendizagem” e sua relação com o artigo sobre os “Estereótipos de Beleza Pura” no (Cap. VII).

Vivemos tempos difíceis, de destruição das florestas e das culturas antropológicas e sociais indígenas. O artigo sobre a etnografia de estudantes indígenas sob o olhar da pedagogia mostra que é preciso aprender a cultura para preservar, “A Etnografia e os aspectos da escolarização de alunos indígenas em escolas urbanas de Imperatriz” (Cap. VIII).

O (Cap. IX) destaca o ensino da educação de gênero no ensino básico, para a construção de uma sociedade combativa frente à violência de gênero e à discriminação de mulheres em Garanhuns, cidade do agreste pernambucano.

É possível Construir uma Sociedade Justa Baseada no Conhecimento? Veja o que diz a literatura “Sobre o desafio de construir uma sociedade justa baseada no conhecimento” (Cap. X).

Sobre essa e outras dúvidas, as contribuições sobre a Ética e os Direitos Humanos com algumas ideias de Paulo Freire (Cap. XI) contribuem para uma nova ressignificação

de pensamentos e atitudes.

As cotas na educação são um meio de equidade e justiça social através de políticas públicas, conforme os apontamentos sobre a “Avaliação de cotistas e não cotistas” no (Cap. XII).

O (Cap. XIII) “Educação em saúde no timor leste” aborda o ensino e aprendizagem através de novas metodologias ativas que buscam fomentar o protagonismo dos sujeitos para atuar na Educação em Saúde, a partir do uso da Metodologia da Problematização no Timor Leste.

Voltando ao Brasil, apresenta-se o estudo “A aventura de criação das mídias educativas da reflexão à prática dos princípios da economia solidária” (Cap. XIV).

No (Cap. XV) apresenta-se um estudo avaliativo sobre o papel do Poder Legislativo de Minas Gerais no cumprimento dos deveres quanto à aplicação das políticas públicas de educação.

Representações espaciais de Brasília na literatura (Cap. XVI) faz uma viagem interessante na cultura e espaço da capital brasileira, pontuando as desigualdades sociais.

E por fim, nada mais pertinente nos dias atuais do que conhecermos sobre o ambiente e a saúde do planeta, e as Influências Humanas na emissão de gases de efeito estufa (Cap. XVII), os autores acreditam que “os desafios ambientais vivenciados na atualidade ainda podem ser contornados” (p. 10).

Tomadas dessa mesma esperança, em tempos de cuidado e preservação da saúde e da natureza, em tempos de promoção da paz, da igualdade e justiça social no mundo, que se inicia em cada um de nós.

Desejamos uma agradável leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO


II. QUESTÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

É NECESSÁRIO DAR VOZ ÀS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO: OUTROS CASOS, OUTROS LUGARES

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122091>


CAPÍTULO 2..... 6

FEMINICÍDIO: UMA TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Eliane Viana

Rômulo Tiago da Silva

Shirlei Alexandra Fetter

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122092>

CAPÍTULO 3..... 15

PERCURSOS DA FEMINILIDADE: IDENTIDADES FEMININAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Raquel Lima Besnosik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122093>

CAPÍTULO 4..... 26

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O ESQUECIMENTO DE SUAS TRAJETÓRIAS

Ana Paula Copetti Bohrer

Lediane Pereira Ramos

Virgínia Fernandes Franz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122094>

CAPÍTULO 5..... 38

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO COMO ATOR POLÍTICO-EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA A LEI Nº 10.639/2003

Fausto Ricardo Silva Sousa

Herli de Sousa Carvalho

Salvador Tavares de Moura


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122095>





CAPÍTULO 6..... 49






A CONSTRUÇÃO DA BRANQUITUDE NA SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM: UMA LEITURA DA NARRATIVA FÍLMICA “JENNIFER”

Joice Mari Ferreira da Cruz

Maria Angélica Zubaran

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122096>

CAPÍTULO 7	59
“BELEZA PURA”: DESENROLANDO OS ESTEREÓTIPOS PARA UMA AUTENTICIDADE CRESPA	
Adelma Silva Costa Luiz Felipe Santos Perret Serpa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122097	
CAPÍTULO 8	69
A ETNOGRAFIA E OS ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS EM ESCOLAS URBANAS DE IMPERATRIZ	
Adriano da Silva Borges Lucas Lucena Oliveira Witembergue Gomes Zapparoli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122098	
CAPÍTULO 9	83
ENSINO BÁSICO, ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE DEBATE E INFORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES EM GARANHUNS	
Débora Almeida Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122099	
CAPÍTULO 10	93
ESTUDO SOBRE O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA SOCIEDADE JUSTA BASEADA NO CONHECIMENTO	
Alvani Bomfim de Sousa Junior Marcela Santos de Almeida Sidney Barreto Batista	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220910	
CAPÍTULO 11	102
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES COM ALGUMAS IDEIAS DE PAULO FREIRE	
Maria Sandra Montenegro Silva Leão Isabele Louise Monteiro de Farias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220911	
CAPÍTULO 12	112
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dario Rogério da Silva Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220912	

CAPÍTULO 13	127
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO TIMOR LESTE: UTILIZANDO A METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO PARA PENSAR A REALIDADE LOCAL	
Patricia Maria Forte Rauli	
Mario Antônio Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220913	
CAPÍTULO 14	135
A AVENTURA DE CRIAÇÃO DAS MÍDIAS EDUCATIVAS ‘DA REFLEXÃO À PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA’	
Tatiana Losano de Abreu	
Alysson André Régis Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220914	
CAPÍTULO 15	154
DIREITO À EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: UM PANORAMA ESTATÍSTICO E LEGISLATIVO	
André Dell’Isola Denardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220915	
CAPÍTULO 16	162
REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DE BRASÍLIA NA LITERATURA	
Juliano Rosa Gonçalves	
Marília Luiza Peluso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220916	
CAPÍTULO 17	182
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INFLUÊNCIAS HUMANAS NA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA	
Terezinha Ribeiro Reis	
Cristina Maria Costa do Nascimento	
Raiane da Silva Rabelo	
Adriana Maria Pimentel do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220917	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

CAPÍTULO 4

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O ESQUECIMENTO DE SUAS TRAJETÓRIAS

Data de aceite: 02/09/2021

Data da submissão: 02/08/2021

Ana Paula Copetti Bohrer

UFR – Rondonópolis

Rondonópolis-MT

<https://orcid.org/0000-0002-1514-5101>

Lediane Pereira Ramos

UFR – Rondonópolis

Matupá-MT

<https://orcid.org/0000-0001-5481-8682>

Virgínia Fernandes Franz

UFR – Rondonópolis

Rondonópolis-MT

<http://lattes.cnpq.br/8846368887113481>

RESUMO: Esta pesquisa se baseia na trajetória de vida de quatro mulheres negras que nasceram em momentos de transformações da história do Brasil, onde presenciaram as mudanças advindas do período anterior a abolição da escravidão e pós abolição, como também o início da Primeira República no país. Narramos aqui como o processo de escolarização se torna mais difícil para mulheres negras e como todos esses percalços atrelam a sua condição de gênero e a sua cor. Mulheres como Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Bernardina Rich (1872-1942), Antonieta de Barros (1901-1952) e Enedina Alves Marques (1913-1981), estas que romperam paradigmas impostos pela sociedade da época e cada uma ao seu modo escolheu a educação como maneira de sobrevivência,

mobilidade social e luta por direitos iguais para si e para todos aqueles/as que sempre são colocados à margem da sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: História; Memórias; Escolarização; Mulheres negras;

ABSTRACT: This research is based on the life trajectory of four black women who were born in moments of transformation in the history of Brazil, where they changes arising from the period before the abolition of slavery and post-abolition, as well as the beginning of the First Republic in the country. We will schooling process become more difficult for black women and how all these mishaps are linked to their gender condition and their color. Women like Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Bernardina Rich (1872-1942), Antonieta de Barros (1901-1942) and Enedina Alves Marques (1913-1981) who broke paradigms imposed by Society at the time and each one in its own way it chose education as way of survival, social mobility and struggle for equal rights for itself and for all those who are Always placed on the margins of society.

KEYWORDS: History; Memoirs; Schooling; Black women.

1 | INTRODUÇÃO

Para uma análise mais aprofundada do tema em questão, faz-se necessária uma pesquisa sobre a historicidade da educação das mulheres negras no espaço escolar no Brasil, e para tanto, foram avaliadas diversas bibliografias sobre tais trajetórias. O histórico do acesso das mulheres negras à educação, seja

ela básica ou superior, nos remete aos tempos da escravização no Brasil, ao longo de quase quatro séculos, que marcaram o regime escravocrata e todas as suas configurações de horrores, desumanidade e exclusão do outro enquanto ser. Discorrer sobre tais processos tem suas limitações, pois a historicidade do negro/a sempre foi algo silenciado pela elite branca do país, principalmente próximo a abolição da escravidão e na Primeira República, e no que se refere ao recorte racial e de gênero quando falamos da mulher, percebemos como o patriarcado oprimiu e reprimiu a mulher, seu trabalho e sua resistência até século XX, também no momento em que muitas delas se tornariam libertas.

O acesso de muitos negros/as a escolarização foi um processo que só ocorreu tempos depois a abolição da escravatura, já no Brasil República, a partir de 1900. A mulher negra, ainda na condição de pessoa escravizada, lutava pela própria vida e sobrevivência como sua única prioridade até então, e após a abolição continuava esta mesma luta. A história da sua escolarização perpassa esse processo histórico da memória da colonização do Brasil, e posteriormente por uma nova configuração política, social e trabalhista daquele período, onde a mulher continuava sendo vista como ser inferior em vários aspectos perante a sociedade em relação ao homem.

Nesse contexto, muitas mulheres negras lutam para desaprender e superar alguns ensinamentos preconceituosos, discriminatórios e estereotipados que são parte constituinte da nossa educação para o gênero e para a raça, a exemplo de como a mulher era vista no até o século XX¹. A trajetória das mulheres negras e sua inserção na educação em nível superior no país estão diretamente ligadas à herança desse passado, e, mesmo em um país tão heterogêneo como o Brasil, a historicidade da educação perpassa por caminhos complexos, como argumenta Nilma Lino Gomes (2019, p. 611) “estes ainda se tornam mais complexos quando consideramos a sua relação com a classe social, a raça e a diversidade sexual”. De modo que o recorte de raça/cor/gênero se faz necessário, pois o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher está assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração.

Podemos discorrer sobre o difícil processo de escolarização, principalmente das negras no contexto da educação superior, desde o momento em que foi permitido que as mulheres brancas pudessem ter acesso à educação, pois esse espaço, como tantos outros, eram apenas acessíveis aos homens brancos da elite. A sociedade brasileira tem como uma de suas características marcantes a discriminação de cor e gênero, e mais de três séculos de escravagismo comprovam isto. Mary Garcia Castro (1998) destaca que, na sociedade brasileira, é possível distinguir sistemas de privilégios com hierarquias distintas, baseadas em fatores, tais como raça e gênero, afirmando que esses sistemas se

¹ “Exaltado como expressão de beleza, inspirador do desejo, fonte de prazer, de vida através da maternidade, símbolo da nação republicana, na França pós-revolucionária como no Brasil, o corpo feminino é também lugar de violência, quer a violência física – espancamentos, estupro etc. – tão bem conhecida, quer àquelas outras formas de violência sutis, engenhosas, entre as quais chamadas violências simbólicas, que igualmente, contribuem para a manutenção de desigualdades”. (SOIHET, 2002, p. 01)

entrelaçam provocando situações diferenciadas dos modelos puros:

A educação formal e continuada, ou seja, traduzida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como o emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismo, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – *empowerment* – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situar no mercado de trabalho em geral. Contudo, são ambíguos os significados da ampliação da escolaridade formal para as mulheres, em perspectiva de gênero ou mudanças em homens e mulheres e como cada um é codificado socialmente e se relaciona entre si, no sentido de promoção de igualdades objetivas e respeito de diferenças culturais positivas à individualização (CASTRO, 1998, p. 36, *grifos do autor*).

A mulher negra até então tinha funções bem claras na sociedade, que era reproduzir e trabalhar², contextos que iriam mudar, mas até isto acontecer, muitos outros fatores ainda estavam envolvidos neste processo, e a ela ainda era negado o direito de cuidar dos próprios filhos, o de ter uma família e um lar. Enquanto a mulher branca tinha todos esses direitos garantidos há muitos séculos, e estes fatores seriam também determinantes no acesso à escolarização das mulheres negras.

2 | BREVE HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

A primeira escola de ler e escrever, fundada pelos jesuítas no ano de 1549³, destinava-se à instrução dos varões das famílias ricas da sociedade da época. Maria Inês Sucupira Stamatto (1998) descreve que a educação das mulheres brancas seria convergida em sua maioria às tarefas domésticas do cotidiano:

Desde a primeira escola de ler e escrever, erguida incipientemente lá pelos idos de 1549, pelos primeiros jesuítas aqui aportados, a intenção da formação cultural da elite branca e masculina foi nítida na obra jesuíta. As mulheres logo ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Podiam, quando muito, educar-se na catequese. Estavam destinadas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle dos pais e maridos (STAMATTO, 1998, p. 02).

Assim, as mulheres tinham acesso restrito ou quase nulo à escolarização, sendo brancas, negras ou indígenas nesse período colonial. Foi, então, a partir de 1758 que se modificou um pouco esse cenário, com a permissão para a frequência às salas de aula para as meninas brancas da elite, desde as reformas pombalinas as aberturas e instalação de escolas régias para o público feminino, mas este ensino tinha suas regras e restrições, de modo que somente professoras mulheres podiam dar aulas às meninas e professores

2 “São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista de dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor”. (CARNEIRO, 2011, p. 01)

3 STAMATTO, 1998.

homens aos meninos e nunca as meninas estariam ao lado dos meninos na mesma sala de aula. Abre outras possibilidades às mulheres, com Pombal, ao menos oficialmente, as meninas entram na escola e abre-se um mercado de trabalho para as mulheres: o magistério público⁴.

Havia, ainda, nesse período, muitas restrições às mulheres que poderiam exercer o magistério, tinham que comprovar boa conduta, que normalmente era atestada pelo pároco. Conforme STAMATTO (1998, p. 06), “a professora deveria ter uma certa idade, solicitar autorização do pai, ou do marido se fosse casada, apresentar a certidão de óbito se viúva, e, se separada, justificar sua separação comprovando comportamento honrado.” Dentro do espaço de ensino, no que se referia aos estudantes, as meninas continuavam sentando-se separadas dos meninos, de modo que as aulas de ambos eram em contra turnos e em dias alternados, para manter os sexos separados.

O número de professoras mulheres foi crescendo ao longo das décadas. A partir de 1870, houve um gradual aumento dos efetivos femininos na rede escolar pública. É a partir daí que surgem as escolas “mistras” regidas por professoras no final do Império, o que fez aumentar significativamente o contrato de mulheres. Nesse momento, há a regulamentação da carreira do magistério para as mulheres durante os governos provinciais e o estabelecimento de Escolas Normais para a formação de professores/as, no período imperial, nas quais predominavam as moças. Até a primeira década do século XX, o corpo docente era predominantemente feminino, mas um público ainda restrito e de cor branca. A questão da junção em um mesmo ambiente escolar, onde meninos e meninas puderam sentar-se juntos, só ocorreu a partir de 1870, e isto após a fundação de escolas protestantes, especialmente as metodistas e presbiterianas. A partir de 1910, haviam os muitos grupos escolares, que tinham novidades em termos de ensino, direção e supervisão escolar, nos quais havia igualdade pelos menos no quantitativo de efetivos femininos na escola. Mas ainda existiam amarras às mulheres, que ainda eram vistas como dominantes nas artes domésticas, nos velhos hábitos dirigidos à questão de gênero.

Conforme narra STAMATTO, com relação às mulheres brancas (1998, p. 09), “percebemos que o lugar social da mulher continuava sendo o matrimônio, sendo o magistério primário visto como uma alternativa ‘decente’ para as não casadas, ainda que sob a tutela masculina.” A educação e/ou o magistério para algumas mulheres eram vistos como autonomia de vida, dando-lhes a possibilidade de se manter, principalmente aquelas que queriam permanecer solteiras. A questão de gênero, ainda nesse período, também estava atrelada à questão de raça, pois havia a exclusão de mulheres negras e indígenas, libertas ou ex-escravizadas, ricas ou pobres.

4 A nossa primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como a Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher. Elas não aprendiam todas as matérias ensinadas aos meninos, principalmente as consideradas mais racionais como a geometria, e em compensação deveriam aprender ‘as artes do lar’, as prendas domésticas. Em relação ao pagamento, foi previsto na lei igualdade para os mestres e mestras, contudo, a própria legislação posterior abriu brechas para que na prática as professoras ganhassem menos que os homens. (STAMATTO, 1998, p. 05).

As histórias de como as mulheres negras começaram sua inserção na escolarização ainda é cheia de lacunas. Existe uma espécie de esquecimento dos temas e fontes históricas que poderiam nos contar como se deu esse acesso. Isso nos impossibilita de narrar as trajetórias de muitas dessas mulheres negras no contexto educacional, que foram destaque em sua época, pois romperam muitos limites impostos pela sociedade. Como Rubia-Mar Nunes Pinto (2013) mostra:

A par da expansão de um modelo societário que prima pelo esquecimento, é predominante o sucateamento da memória nacional da educação e da escola brasileira. Mesmo que reconheçamos inegáveis avanços e progressos experimentados nas últimas décadas por meio do trabalho e esforço de historiadores da educação e das instituições correlatadas nas descobertas, identificação, documentação e divulgação de acervos, bem como na revista a fontes já estudadas, as dificuldades relacionadas à preservação da memória e, por extensão das fontes de pesquisa, constituem ainda um importante entrave para o historiador da educação brasileira, sobretudo, aquele interessado nas práticas ordinárias do cotidiano escolar (PINTO, 2013, p. 129).

Temos estudos recentes acerca de registros de trajetórias importantes de algumas mulheres negras que se destacam no cenário da literatura brasileira, na política, como aquelas que fizeram frente a movimentos importantes para o feminismo, publicando obras sobre a escravidão, racismo, preconceito, ainda antes da abolição da escravatura e após, como Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Bernardina Rich (1872-1942), Antonieta de Barros (1901-1952) e Enedina Alves Marques (1913-1981). Quatro mulheres que cada uma no seu tempo estiveram enfrentando os mesmos preconceitos, e se mostraram fortes e atrevidas, pois eram feministas em uma sociedade machista e patriarcal, negras em tempos de racismo extremo, sempre zelando e reivindicando direitos que lhes eram negados dentre outros fatores por conta da sua cor e seu gênero.

Nesta pesquisa, será evidenciado um pouco acerca da trajetória de vida de ambas, mostrando como foram revolucionárias em seu tempo, e mesmo sem o reconhecimento que mereciam ter, que seja possível celebrá-las através da escrita ao narrar suas histórias.

Como Maria Firmina dos Reis, nascida em 1822 ou 1825⁵ e falecida em 1917, foi romancista, poetisa e professora de primeiras letras maranhenses. Era filha de mãe branca e pai negro, e ficou órfã aos cinco anos de idade, momento em que vai morar com a tia materna. A tia foi quem lhe possibilitou acesso à educação por ter condições financeiras para tal. Aos vinte e cinco anos de idade foi aprovada no concurso público para a Cadeira de Instrução primária na cidade de Guimarães-MA e passou a exercer a profissão de professora. Destacando-se por fundar uma escola mista e gratuita, que seria a primeira do seu estado e que durou apenas três anos justamente por ser algo “inovador demais para a

5 Sobre as duas datas de nascimento de Maria: “Recentemente, devido à localização nos arquivos do Maranhão, pela pesquisadora Mundinha de Araújo, de novos documentos relativos a Maria Firmina dos Reis, duas correções a respeito de sua biografia estão sendo propostas. Uma primeira refere-se à sua data de nascimento, que, como apontado acima, teria ocorrido em 11 de março de 1822, conforme consta em declaração em Auto de Justificação”. (MACHADO, 2019, p. 95)

época”. Lança seu primeiro livro em 1860, intitulado “*Úrsula*”, um romance em que a autora debate suas ideias contra a escravidão e mostra a crueldade da elite da época.

Mesmo sendo mulher negra e solteira, tinha o respeito de uma parcela da sociedade daquele período, sua contribuição literária no Maranhão foi imensa e significativa, dentre essas, compôs um hino abolicionista, mostrando sua preocupação com a questão do escravagismo. Mas não escapou da perseguição da parte da elite incomodada com suas obras que demonstravam suas inquietações com a situação dos escravizados, como discorre Maria Helena Pereira Machado (2019, p. 94) “na verdade, Firmina, mais do que precursora, foi a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista”. Viveu até os noventa em dois anos de idade e presenciou a abolição da escravidão e seus primeiros impactos na sociedade.

Em Mato Grosso temos, ainda, a também professora primária Bernardina Elvira Rich, que nasceu em 1872 e faleceu em 1942 aos setenta anos de idade. A história desta cuiabana, filha de mãe negra e pai branco de origem austríaca e suíça, este que deixou uma boa herança para os filhos, o que lhe possibilitou ter um padrão de vida acima do que a população negra daquele período, outro fator que lhe permitiu o acesso à educação. Foi membro-fundadora da Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino e teve por muitos anos uma escola com seu nome em Cuiabá, perpassando (colocaria vivenciando) também pela abolição da escravatura e as questões sociais ligadas a interseccionalidade de gênero, também presenciou o início da Primeira República.

Além do cargo de professora, Bernardina também atuou como jornalista, onde durante treze anos participou da equipe de redação e edição da revista *A Violeta*⁶, dentre outras funções que desenvolveu em outros setores, sempre lutando pelo feminismo e a igualdade de direitos em obras assistenciais e trabalhos filantrópicos. Bernardina viveu e presenciou o racismo, este implícito nas práticas sociais em que ela estava inserida, mesmo com todo prestígio que possuía naquela sociedade, não deixou de ser vítima de preconceito racial e de gênero. Os estudos sobre a historicidade desta importante mulher negra ainda são recentes, trabalho este desenvolvido por pesquisadoras como Ana Maria Marques e Nilza da Costa Barbosa (2017), que visam discutir a importância da pesquisa de arquivo para a visibilidade de trajetórias de mulheres negras silenciadas historicamente pelo racismo em Mato Grosso.

Antonieta de Barros é outro exemplo de mulher negra que rompeu barreiras impostas pela sua condição de gênero, cor e classe social. Nasceu em 1901, sua mãe e sua avó materna foram escravas cativas em Lages-SC, com poucas informações referentes aos pais biológicos, tendo sido registrada somente em nome da mãe, sem dados do pai e avós paternos. Embora tenha nascido em condições modestas, ela teve acesso a uma boa

6 “A Violeta foi o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil e o principal veículo de divulgação das causas femininas e feministas das mato-grossenses durante a primeira metade do século XX. Além disso, configurou-se como um dos periódicos mais profícuos e relevantes produzidos em Mato Grosso, até sua extinção, em 1950 aproximadamente, após 34 anos em circulação.” (MARQUES & GOMES, 2017, p. 118).

educação.

Em Desterro, como era chamada Florianópolis, aos 17 ingressou na Escola Normal para cursar o magistério, e logo após se formar, como alternativa de garantir a sobrevivência, ela e sua família abriram uma pequena escola particular com o nome de Curso Particular Antonieta de Barros, onde recebiam crianças em período de alfabetização e também adultos com o objetivo de combater o analfabetismo dessas pessoas carentes e os preparando para o exame de ingresso ao ensino superior.

Antonieta e sua irmã Leonor de Barros administram a escola entre 1922 e 1965, e perceberam que foi através da formação docente que elas “puderam romper os limites econômicos impostos por suas origens humildes e pela cor negra de suas peles, conquistando certa mobilidade social, o que promoveu suas reinvenções sociais” Elizabete Maria Espíndola (2015, p. 62) naquele período em Santa Catarina. As irmãs Barros conseguiram na educação escolar uma qualidade de vida melhor, mais digna para toda a família, onde puderam ter uma mobilidade social mais elevada do que aquela que sua mãe lhes garantiu sendo trabalhadora doméstica. Participou na juventude de organizações estudantis, e já adulta e formada esteve ativamente no Centro Catharinense de Letras e colaborou em alguns jornais da cidade.

Mesmo após 40 anos do fim da escravidão, era perceptível naquela época, a forte presença do passado escravista, este que regulava as relações estabelecidas entre os descendentes dos cativos e a elite branca do local. ESPÍNDOLA (2015) discorre acerca da presença do racismo e do pensamento arcaico da sociedade da época, que tentava impedir a mobilidade do negro através da educação de qualquer outro fator:

Nas primeiras décadas do século XX, os resquícios desse passado escravista e patriarcal conviviam, paralelamente, com um novo discurso que propugnava a modernização da cidade Florianópolis [...] No entanto, o que continuava a imperar era o arcaísmo das relações pessoais e familiares, a estratificação social e, particularmente, as restrições relativas às possibilidades de mobilidade social nas relações entre os desiguais (ESPÍNDOLA, 2015, p. 62).

Antonieta pode circular por espaços que lhe permitiram realizar certas observações de si mesma e do lugar ao qual ocupava, e isto lhe fez alterar alguns de seus comportamentos e também suas atitudes, vestimentas e assim poder estar inserida em espaços destinados à elite da época. Ela compreendia a importância da educação e os valores morais, éticos e religiosos que se faziam presentes ali, pois a sociedade impunha tais valores para afirmar a conduta das mulheres naquele momento. Antonieta se tornou deputada estadual em 1934 e depois em 1947, apenas meio século após a abolição da escravidão, e é de sua autoria um projeto sobre dia 15 de outubro ser comemorado como o dia do professor e ser um feriado escolar (Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948) pois era uma data comemorada informalmente e fora sancionada anteriormente por Dom Pedro I em de 15 de outubro de 1827. Foi uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil, foi defensora de que a mulher

deveria ter direito ao voto, nunca se casou, e usou como arma de sobrevivência e luta a premissa de que a educação era um direito de todos/as. Nunca se intimidou com o discurso patriarcal, machista e racista da época, publicou muitos artigos usando o pseudônimo de Maria da Ilha, onde escrevia sobre educação, a condição feminina e sobre política, também escreveu dois capítulos da Constituição Catarinense, publicou em 1937 o livro *Farrapos de Ideias* que teve 3 edições publicadas. Foi além de tudo, uma feminista em uma sociedade conservadora, filha de ex-escrava, professora negra numa terra comandada por pessoas brancas com pensamentos elitistas, foi sem dúvidas uma figura que merece ser reverenciada e conhecida por toda a sociedade atual por suas contribuições a educação e aos demais setores que pode atingir.

Temos, também, Enedina Alves Marques, uma mulher negra nascida no Paraná, em 1913, filha de pais negros que se mudaram para o referido estado em busca de melhores condições de vida, fato este ocorrido após a abolição da escravatura, ela traz em sua trajetória o fato de ter sido a primeira mulher negra a concluir o curso de engenharia no seu estado, pela FEP – Faculdade de Engenharia do Paraná.

Morou durante muitos anos na casa de Domingos Nascimento, este que foi patrão de sua família e considerado seu padrinho intelectual, trabalhou durante sua adolescência como doméstica em casas de famílias. Sua alfabetização ocorreu por volta dos 12 anos de idade, onde fez um exame preparatório na Escola particular da professora Luiza Netto Correia de Freitas, posteriormente foi transferida para o grupo escolar anexo à Escola Normal após exame de pró-eficiência, onde concluiu o curso primário e complementar noturno. Formou-se como professora normalista em 4 de dezembro de 1931. Em 1940 busca sua inserção num curso ocupado majoritariamente ocupado por homens. Sua história é bem pouco conhecida, pois muito pouco se escreveu sobre Enedina e sua vida acadêmica, percebemos aqui novamente, o silenciamento e o desinteresse por parte da sociedade do estado em dar visibilidade a esta mulher que em sua época desafiou todos os padrões impostos, ao escolher uma profissão que era vista como masculina.

Nas pesquisas bibliográficas que possam retratar a vida dela, percebemos quão escassa são as fontes de materiais que discursam como se deu toda sua história acadêmica, outro fator em comum com as mulheres negras pesquisadas para este debate. Sendo ela, a primeira mulher negra a se formar em engenharia civil na região sul do país em 1945 ao lado de 32 homens, e isto causou curiosidade na sociedade curitibana da época⁷, pois a alta sociedade daquele tempo não gostava de estar junto da classe média ou pobre, e estar numa cerimônia como esta, causou espanto para tais classes. As mulheres desse período, em sua grande maioria branca, se conformavam em ser professoras, o que Enedina estava fazendo era justamente romper paradigmas. A faculdade paranaense FEP também tinha

7 "O seu amigo e colega de curso Adelino Alves da Silva, em dezembro de 1945, esteve na solenidade de entrega do diploma de Enedina e lembra-se da homenagem recebida pela mesma com palavras e abraços dos colegas que durante o curso nem mesmo falavam com ela". (SANTANA, 2011, p. 53)

suas ressalvas quanto à participação de tais classes da sociedade.

Percebe-se até aqui, que os indivíduos tinham seus lugares demarcados na sociedade, onde podiam e onde não deveriam estar, segundo o pensamento da elite branca, mostrando que a trajetória de Enedina na academia perpassou por estes fatores nítidos de exclusão e não aceitação do seu ser, preconceito e racismo por parte de seus colegas e professores, uma mulher negra, advinda da classe pobre do local que ingressa numa faculdade reservada aos homens brancos filhos dos burgueses, “o espaço acadêmico da FEP na década de 1940 foi hegemonicamente masculino, elitizado econômica, social e com distinções étnicas que reproduziam os valores da sociedade paranaense da época” onde se pode perceber nitidamente que era um lugar “sobretudo de exclusão e invisibilidade do outro” (SANTANA, 2011, p. 61).

No confrontamento de dados de sua pesquisa, Jorge Luiz Santana (2011) pode perceber e averiguar como os estudantes de sexos diferentes brancos com a influência do meio social paranaense versus estudantes de sexos negros e trabalhadores, de 1945 a 1951, tiveram tratamentos diferenciados dentro da instituição que privilegiava os estudantes brancos em detrimento dos negros, e chega à reflexão:

A branquidade normativa, a identidade padrão, presente na elite burguesia paranaense foi encontrada também dentro da FEP, na qual um homem branco e de classe social alta, foi considerado a identidade ideal do paranaense. Dessa maneira, apareceu à prerrogativa da mulher branca sobre o homem negro, e o proveito do homem negro sobre a mulher negra. O lugar de onde se falava, de onde se vinha e quem falava influenciou a trajetória acadêmica de Enedina na FEP e os seus resultados socioeducativos e conclusivos (SANTANA, 2011, p. 73).

São trajetórias de mulheres em estados diferentes entre si, mas que mostram que há muitas semelhanças quando falamos do racismo, do sexismo, do patriarcalismo impregnado em ambas as sociedades. E em todas elas, é possível perceber que não houveram esforços por parte desta sociedade da época para dar visibilidade a essas mulheres, e os arquivos sobre suas trajetórias foram esquecidos, apagados e silenciados.

Como contar a história de tais mulheres como essas citadas sem documentos, sem fontes? Como narrar trajetórias tão significativas para a história do país, se existem pouquíssimos relatos e informações? Há aqui outras desvantagens em relação às demais classes da sociedade, o apagamento da historicidade da mulher negra do passado e sua relação com a escolarização, e conseqüentemente a sua carreira acadêmica.

Todas as mulheres citadas, só começaram a ter suas experiências pesquisadas e publicadas há poucos anos, pois até então, não houve preocupação das autoridades locais, de suas respectivas cidades, em dar a essas personagens da história de cada estado, seu lugar no cenário que compunham suas vidas e carreiras. Em suas épocas, não receberam os créditos que mereciam, e suas conquistas foram sendo esquecidas por seus contemporâneos, e demoraram a ser compartilhadas com estudantes e pesquisadores da

atualidade.

Cabe às pesquisadoras/es da atualidade a tarefa de narrar memórias, desvendar histórias, refletir, compreender trajetórias e elaborar materiais que possam auxiliar nessas compreensões, posto que essas memórias têm valor social e científico para as gerações que se seguem, no sentido de não deixar que nossas memórias se percam e poder dar a credibilidade que estes sujeitos merecem. Para uma determinada parcela da sociedade: a mesma elite do passado, esses temas não têm sua importância, na tradição historiográfica a trajetória de “gente preta” não participa da história nacional, tampouco produziria algo considerado digno de ser publicado e debatido, sendo assim por muitas vezes, silenciado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias descritas tem suas particularidades, mas têm entre si muito mais similaridades quando olhamos para as questões de racismo e sexismo vivenciados por estes grupos, onde seus processos de escolarização perpassa por caminhos parecidos, e se hoje elas são lembradas foi porque suas vidas foram usadas para mostrar a sociedade que elas podiam alcançar posições que as mulheres brancas estavam. A história da escolarização dos negros/as não demanda interesse por parte da elite branca da sociedade, e investir nessa empreitada, nestes debates intelectuais me parece ser algo sem relevância para tais grupos, onde trazer à tona as memórias dessa classe excluída da sociedade seria para estes grupos uma forma de se rebelar, não visto como fatos históricos que possuem real valor sociológico, intelectual e científico.

É preciso dar a visibilidade, notoriedade e voz a estas trajetórias ricas em coragem, rompimento de padrões e paradigmas impostos pela figura que se autodenomina superior. A existência de bibliografias que retratam tais mulheres, só vem se tornando possível graças ao empenho de pessoas que estão buscando trazer para conhecimento da sociedade tais histórias, pois suas vivências e suas conquistas foram por muito tempo esquecidas e até mesmo silenciadas por aqueles grupos que acreditavam que os negros/as mereciam estar à margem de tudo, de uma educação libertadora e construtiva, de uma mobilidade social justa e igualitária e à mercê e a serviço dos sujeitos que se declaram superiores, por sua condição social, cor de pele, e linhagem. É preciso narrar essas trajetórias e escrever mais histórias de mulheres negras, são exemplos de que o negro não aceitou e não aceitará que sua posição na sociedade seja definida por pensamentos preconceituosos e ações de exclusão, por pessoas que se autointitulem detentoras do saber intelectual, moral e social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. **Entre palavras e silêncio – Memórias da Educação de Mulheres negras em Juiz de Fora – 1950/1970.** UFF. InterMeio: revista do Programa de Pós graduação em Educação, Campo Grande, M, v. 15, n° 30, p. 219-232, jul./dez. 2009.

CARNEIRO, Sueli. “**Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.**” Geledés, 06/03/2011. Disponível em <https://geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em 07 julh 2021.

CASTRO, Mary Garcia. **Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base.** Brasília: UNESCO, 1998.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm Acesso em 03 de jun de 2021.

EL PAÍS. Antonieta de Barros, a parlamentar negra pioneira que criou o Dia do Professor. 15 de out 2020. Florianópolis. Disponível em <https://brasil.elpais.com/opinao/2020-10-15/Antonieta-de-barros-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor.html?ssm=whatsapp> Acesso em 04 de jun 2021.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade.** GT “Gênero e Raça” XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996. Cadernos pagu (6-7) 1996: pp. 67-82.

GOMES, Nilma Lino. **Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder.** Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo.** Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-mulher_traduzido.pdf Acesso em 03 de jun 2021.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **Tinta Negra, papel branco: escritas afrodescendentes.** Revista Estudos Avançados 33, 2019 P. 93-108.

MARQUES, Ana Maria; GOMES, Nailza da Costa Barbosa. **Bernardina Rich (1872-1942): uma mulher negra no enfrentamento do racismo em Mato Grosso.** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago-dez., 2017. P. 110-132.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. Entre o silêncio e o esquecimento: a questão das fontes e dos métodos na história da educação em Goiás. **Revista Roteiro**, vol. 40, n. 01, p. 127-152, jan/jun., 2013.

RIBEIRO, Matilde; PIOVESAN, Flávia. **Dossiê 120 anos de abolição**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008.

SANTANA, Jorge Luiz. **Enedina Alves Marques: a trajetória da primeira engenheira do sul do país na faculdade de engenharia do Paraná (1940-19450)**. Revista Vernáculo, nº 28, 2º semestre/2011, p. 42-75.

SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. Projeto História, nº 25, “corpo e cultura”. São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002. ISSN 0102-4442. Pg: 269-289

STAMOTTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910)**. Programa de Pós graduação em Educação – UFRN. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539pdf> Acesso em 15 de maio 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 36, 60, 62, 63, 68, 75, 102

Alternativas 12, 19, 83, 84, 87, 90, 153, 186

Alunos Indígenas 12, 69

Aprendizagem 9, 10, 11, 49, 50, 55, 58, 76, 85, 87, 88, 94, 127, 128, 130, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 150, 190

Aquecimento global 182, 186, 190

Avaliação 10, 12, 73, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 135, 156, 160, 191

B

Branquitude 9, 11, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58

C

Conhecimento 9, 12, 6, 10, 21, 23, 35, 39, 44, 71, 73, 74, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 133, 138, 141, 158

Contos 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177

D

Democracia 38, 39, 43, 46, 47, 52, 83, 88, 140, 142, 147, 148, 156

Desafio 9, 12, 80, 83, 85, 93, 94, 99, 131, 137, 155, 173

Desempenho acadêmico 12, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126

Discriminação 9, 12, 11, 20, 27, 29, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 68, 73, 83, 87, 88, 107, 142

E

Educação 2, 9, 10, 11, 13, 1, 2, 6, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 175, 182, 183, 186, 187, 190, 191

Educação Diferenciada 69, 76

Educação em Saúde 10, 13, 127, 128, 129, 130, 132, 133

Escolarização 9, 11, 12, 22, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 69, 71, 76, 79, 80

Espaço 10, 12, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 34, 42, 43, 44, 46, 47, 61, 62, 72, 74, 77, 79, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 96, 102, 105, 115, 127, 128, 138, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 186, 188, 189

Estereótipo 54, 59, 66

Ética 9, 12, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 127, 129, 130, 137, 187

Etnografia Escolar 69, 70

Evasão 12, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 154, 155

F

Feminicídio 9, 11, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13

Feminilidade 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24

G

Gênero 9, 2, 5, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 51, 58, 83, 84, 86, 87, 90, 104, 109, 118, 119, 122, 167

H

História 9, 5, 6, 14, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 65, 68, 72, 73, 75, 76, 80, 85, 87, 88, 89, 91, 97, 98, 102, 106, 127, 131, 164, 173, 175

L

Lei nº 10.639/2003 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48

Linguagem 59, 60, 61, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 78, 129

Literatura Brasileira 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 177

M

Magistério feminino 15, 20, 21, 25

Memórias 26, 35, 36, 66

Metodologias Ativas 10, 127, 128, 133, 134

Mídias Educativas 10, 13, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 151

Movimento Negro 9, 11, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mulheres 9, 11, 12, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 75, 83, 84, 86, 87, 91, 102, 103, 122, 150

Mulheres Negras 9, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36

N

Negro 9, 11, 18, 27, 30, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 59, 64, 66, 67, 68, 118, 119, 120, 121, 122

O

O Outro 16, 51, 60, 62, 64, 68, 71, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 147

P

Pandemia COVID-19 182

Poder Legislativo 10, 154, 156, 159, 160, 161

Política de Cotas 40, 112, 113, 114, 123, 124, 125, 126

Políticas Públicas 10, 13, 38, 40, 47, 76, 78, 79, 84, 96, 100, 105, 112, 114, 125, 130, 154, 156, 157, 159, 160, 190

Princípios da Economia Solidária 10, 13, 135, 137, 140, 141, 143, 144, 145, 151

Problematização 10, 13, 93, 109, 127, 128, 129, 130, 132

Propaganda 59, 68

Psicanálise 15, 17, 18, 24, 25

R

Relações Dialógicas 102

Relações Étnico-Raciais 38, 39, 46, 47, 48

Representação 49, 50, 57, 58, 63, 66, 89, 129, 162, 163, 165, 178

Representação Espacial 162, 163

Representações 10, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 66, 73, 76, 89, 92, 162, 163, 164, 167, 171, 177, 186, 190

S

São Miguel do Oeste/SC 1, 2

Sociedade 9, 11, 12, 6, 7, 8, 13, 18, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 151, 152, 153, 156, 157, 180, 183

T

Timor-Leste 127, 128, 129, 130, 132


V

Violência 9, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 37, 65, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 107, 110, 157

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE



2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2

